

O PROJETO SOLDADO CIDADÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO

Hercules Guimarães Honorato ¹

RESUMO

O objetivo deste estudo foi identificar elementos da formação técnica que favorecem o acesso dos jovens na busca do primeiro emprego por intermédio do Projeto Soldado Cidadão (PSC), uma política pública educacional do Governo Federal, cuja finalidade é oferecer qualificação técnico-profissional aos militares licenciados, por término do Serviço Militar Inicial (SMI), possibilitando-lhes concorrer ao mercado de trabalho em melhores condições. O PSC foi oficialmente lançado em 10 de agosto de 2004 e, segundo dados do Ministério da Defesa (MD), de 2004 a 2019, foram habilitados mais de 250 mil jovens. Estipulou-se o seguinte problema de pesquisa: como o PSC contribui para a formação técnica necessária ao primeiro emprego durante o SMI? A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, com pesquisas documental e bibliográfica, tendo questionários como instrumento de coleta de dados, direcionados aos egressos dos cursos e aos marinheiros-recrutas matriculados na turma 2012-2, em centro de instrução da Marinha do Brasil, e também aos gestores do projeto no Comando de Operações Terrestres e no MD, sujeitos do estudo. O desenvolvimento da pesquisa constituiu-se como um estudo de caso, tipo único, cuja unidade de análise foi o próprio PSC. Pode-se verificar que os jovens cursantes passaram a dispor, segundo sua própria ótica, das seguintes competências apreendidas, em especial: (i) a facilidade de comunicação e de desenvolvimento de tarefas em equipe; (ii) a iniciativa para buscar informações pertinentes ao seu trabalho; e (iii) a aquisição de novos conhecimentos profissionais.

Palavras-chave: Ensino Profissional-Técnico, Juventude e trabalho, Primeiro emprego, Projeto Soldado Cidadão.

INTRODUÇÃO

"Repitamos. Todo o Brasileiro pôde ser um admirável homem, um admirável soldado, um admirável cidadão. O que é preciso é que todos os Brasileiros, sejam educados. E o Brasil será uma das maiores, uma das mais formidáveis nações do mundo, quando todos os Brasileiros tiverem a consciência de ser Brasileiros".

Olavo Bilac, Patrono do Serviço Militar.

O mundo globalizado promoveu uma revolução dos meios de tecnologia e comunicações e, no mesmo ritmo da metamorfose do mundo e de novas fontes de riqueza, a juventude do século XXI se modifica, adaptando-se, criando novas expectativas em relação ao

¹ Mestre em Educação pela UNESA-RJ, hghhhma@gmail.com.

futuro, principalmente diante do estreitamento e da volatilidade do mercado de trabalho, o que torna essencial a conquista do primeiro emprego, fornecendo o ânimo necessário para sonhar com a melhoria das condições de vida individual.

O que difere o mundo atual do trabalho daquele do início do século XX, do modelo taylorista/fordista² para o toyotista³, como argumentam Antunes e Alves (2004), Breia (2008), Deluiz (1996), Fresneda (2009), Kuenzer (1999) e Pinto (2007), é a transformação do trabalhador de baixa qualificação, devido a formatação de suas atividades com um padrão claro e formalmente rígido do limite de suas funções, para o novo trabalhador que desenvolve múltiplas capacidades, com uma formação básica e generalista, que visa adequar os trabalhos aos seus futuros postos multifuncionais ou às muitas mudanças de emprego que deverão enfrentar ao longo da vida (PINTO, 2007).

Por outro lado, o sistema capitalista na sociedade contemporânea exige uma força de trabalho mais integrada e moldada ao sistema produtivo, que demanda o concurso de novas profissões, pano de fundo para a importância estratégica das empresas e para o mercado de trabalho. Schwartzman (2005) argumenta que a educação ocupa papel fundamental para o desenvolvimento econômico pela constatação mais recente, e muito bem documentada e reconhecida para o Brasil, de que as desigualdades educacionais são o principal correlato das desigualdades de renda, oportunidades e condições de vida. Não saber ler e escrever é a forma mais extrema de carência educacional.

Rossi (1980, p.32) já afirmava nos anos 80 do século passado que, sob o signo do capitalismo, a educação cria condições para melhor aproveitamento de mão-de-obra, “mais qualificada e disposta a aceitar a hierarquia controladora da empresa”, cumprindo seu papel de função de capital do sistema. A partir dos anos 90, principalmente, observaram-se diversas ações governamentais brasileiras de expansão da educação básica.

A transição, portanto, da escola para o mercado de trabalho é um momento importante no ciclo de vida dos indivíduos, em especial dos jovens, pois representa o início do processo de se tornar autônomo, que culmina na assunção plena de papéis sociais adultos (FRESNEDA, 2009). Soma-se ao tema bem atual que é a relação existente entre a juventude, o trabalho e a

2 Princípio geral de organização da produção em série e fragmentação do trabalho. O trabalhador se especializa e perde a visão do processo como um todo. (BREIA, 2008, p.20).

3 Caracteriza uma série de mudanças que vem se processando na organização do processo de produção e de trabalho das empresas [...] visando o máximo controle sobre a qualidade dos produtos e dos processos, a busca da contínua inovação, a maior produtividade e competitividade. (FIDALGO; MACHADO, 2000 apud BREIA, 2008, p.22).

educação, uma preocupação específica no âmbito das políticas públicas do governo federal nos últimos anos (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002; CUNHA; CUNHA, 2008).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2010), os jovens de 16 a 24 anos somam cerca de 34 milhões de indivíduos, entre homens e mulheres. A referida faixa etária representa ainda cerca de 47% do total global de desempregados e não mais que 25% da totalidade da população economicamente ativa. Esse autor argumenta que “enquanto para os adultos presentes no mercado de trabalho 8 (oito) em cada 100 se encontravam desempregados; no caso dos jovens, essa cifra saltava para 24,5 em cada 100, ou seja: três vezes mais” (BRANCO, 2011, p.130).

A partir de 2003, no Brasil, houve uma maior preocupação com a formação técnica desses jovens, principalmente com aqueles que se encontravam em defasagem de idade/série ou que pararam seus estudos.

METODOLOGIA REALIZADA E BASE TEÓRICA DO ESTUDO

O presente trabalho é de cunho qualitativo, bibliográfico exploratório, cujo escopo foi estudar as principais políticas públicas para as juventudes, com um olhar especial para o PSC, uma política de formação profissional originada no governo do Presidente Lula da Silva, em 2004. Buscou-se ainda identificar também a relação efetiva do PSC com a formação inicial para o primeiro emprego.

O artigo contou com dados de uma pesquisa empírica, que teve como instrumento de coleta de dados um questionários direcionado aos jovens de 19 anos que prestavam o Serviço Militar e que estavam realizando um dos cursos e também os egressos de um centro de instrução da Marinha do Brasil (MB), situado na cidade do Rio de Janeiro. Foram ouvidos também os gestores responsáveis pela coordenação e controle do PSC no Comando de Operações Terrestres (COTER), do Exército brasileiro, responsável perante o Ministério da Defesa (MD) pelo projeto.

O referencial teórico contou, em especial, com os seguintes autores: Castro e Abromovay (2002); Freitas e Papas (2003); Kerbauy (2005), Andrade (2008), Catani e Gilioli (2008) e Castro (2004) no trato dos aspectos relacionados às políticas públicas de juventudes. Bourdieu (1978) e Castro, Aquino e Andrade (2009) no caminhar dos jovens e juventudes. Por fim, o Guia de Políticas Públicas do Governo Federal (GUIA, 2010). Em relação ao Projeto em questão, foram trabalhadas as normas legais que tratam do tema.

JOVEM, JUVENTUDES E PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Brasil é um país de dimensões continentais, com altos índices de exclusão e profundas disparidades regionais, em que “o desenvolvimento econômico e social tem-se dado combinando ilhas de riqueza cercado por oceanos de pobreza” (CUNHA; CUNHA, 2008, p.23). O papel do poder público na organização e financiamento de serviços sociais, prestados por redes de proteção social e atenção, é para a garantia das necessidades de sobrevivência de ampla parcela da nossa população.

Os jovens, cujo coletivo é juventude, tornaram-se foco de atenção da sociedade, a partir do momento em que foram associados a problemas sociais, seja como vítimas ou protagonistas. Em todo o mundo, os jovens são identificados com situações associadas à violência, ao desemprego, falta de participação social e educação precária, inconformidade com a ordem vigente, manifestações culturais e exposição às problemáticas sociais (ANDRADE, 2008; CHAVES JR., 1999).

Bourdieu (1978, p.2) afirma que a juventude é apenas uma palavra, pois “somos sempre o jovem ou o velho de alguém”. O termo se torna juventudes, agora reconhecido no plural, porque deseja-se enfatizar que, a despeito de constituírem "um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens” (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009, p.25). Corroboram-no Catani e Gilioli (2008, p.16) quando citam Bourdieu (1930-2002) e destacam a juventude no plural, pois aquele autor acredita “que haveria pelo menos duas juventudes, a burguesa e a das classes populares, com diferenças significativas entre si.”

Castro, Aquino e Andrade (2009) asseveram ainda que juventude é um grupo social como sujeito de direitos que se encontram em fase de experimentação de múltiplas possibilidades de inserção na vida social, política, econômica e cultural do país. Até algumas décadas atrás, para o jovem reconhecer-se como adulto, havia fatores que indicavam esta transição: a incorporação ao mercado de trabalho, o casamento, o cumprimento obrigatório do serviço militar e o abandono da família de origem para viver a sua vida.

A tentativa angustiada dos jovens de serem incluídos, ouvidos e reconhecidos como membros da sociedade em que vivem (KERBAUY, 2005) é característica dessa condição juvenil, que Freitas, Nunes e Silva (2011, p.39), citando Veiga-Neto e Lopes (2007) acreditam ser “uma unidade descritível, mensurável, conhecível e, por isso mesmo, governável”. Repensar

o tratamento político e em especial pedagógico endereçado aos segmentos juvenis na atualidade é de grande importância.

A condição juvenil, portanto, acaba por pautar sua existência na junção de fatores como incerteza, precarização, violência, risco e vulnerabilidade no âmbito das políticas públicas que lhe são endereçadas. A ideia consiste em discutir o sentido atribuído à formação profissional dos jovens, elucidando a racionalidade governamental desejada, independente se via a educação formal ou a não formal. Realidade estrutural constatada pelo desemprego e do subemprego juvenil, além da própria limitação das oportunidades geradas no mercado de trabalho pelo padrão atual de acumulação de capital.

Hoje vêm se articulando ações e debates para estruturar políticas públicas de juventudes, reconhecendo-se, assim, os jovens como sujeitos de direito (CASTRO, 2004). E isso significa admitir que, embora as políticas sociais de juventude tenham existido e continuem a existir, a sua eficácia se reduz a meros “bons desejos”, ou ao aprofundamento das “desigualdades nos piores casos, quando a ordem social e seu desenvolvimento institucional tornam incompatível uma moral individual compulsada pela busca da máxima rentabilidade” (FREITAS; PAPAS, 2003, p.29).

Na busca por ações políticas para com esse coletivo de atores, o governo federal mantinha 19 principais programas e projetos (GUIA, 2010). Aquelas que estão ligadas ao tema deste estudo são: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); o Programa Brasil Alfabetizado; o Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci); o Reforço às Escolas Técnicas e Ampliação das vagas em Universidades Federais; e o Projeto Soldado Cidadão (PSC), sendo este último foco deste artigo. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado em 2011 pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 12.513 (BRASIL, 2011), com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Nesse sentido, as políticas públicas de formação profissional dos jovens passam a estabelecer uma noção estreita entre a educação e o mundo do trabalho. Esse paradigma está assentado na ideia de que a inserção do jovem no mercado de trabalho, por um lado, atende às exigências do mundo produtivo e, por outro lado, promove a equidade social, uma vez que se torna atenuante da pobreza ou alternativa à marginalidade e à exclusão. O que é colocado em

segundo plano é o trabalho como direito, que é um componente importante na formação do jovem como indivíduo e como cidadão.

Relembra-se que até pouco tempo a Constituição Federal não tinha a juventude como determinação legal. Graças a Emenda Constitucional no 65/2010 que a palavra “jovem” ganhou efetiva instituição no dispositivo máximo da Nação. Agora no capítulo VII, que trata da família, da criança, do adolescente e do idoso, tem também o jovem descrito no seu art. 277, como sendo dever do Estado, e em especial lhe sendo atribuído o direito à “profissionalização” (BRASIL, 2010).

O PROJETO SOLDADO CIDADÃO

O Projeto Soldado Cidadão (PSC) é uma política pública do governo federal que foi desenvolvida inicialmente pela Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), com origem no projeto Qualificação de Mão de Obra de 2002 do próprio Exército Brasileiro. Foi lançado em 10 de agosto de 2004 pelo Presidente Lula e inserido no Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa. A partir de junho de 2007 passou a ser administrado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER), sendo, ainda hoje, um dos principais projetos de educação profissional formal desenvolvidos pela instituição.

O seu objetivo é oferecer qualificação técnica-profissional aos militares das Forças Armadas, permitindo aos que serão licenciados, por término do tempo de Serviço Militar, concorrerem ao mercado de trabalho em melhores condições. Seu lema, que se reveste com alto grau de importância para o desenvolvimento do PSC e do Brasil, é que: “Cada militar licenciado que conseguir inserção no mercado de trabalho é um problema social a menos para o País”. Segundo dados do Ministério da Defesa (MD), de 2004 a 2019, foram habilitados mais de 250 mil jovens⁴.

A população média de jovens, entre 2004 e 2011, que efetivaram o alistamento militar foi de 1.660.037 (Tabela 1). Deste total, cerca de 4% (quatro por cento), ou seja, em média 65.946, conseguem efetivamente serem recrutas e prestar o serviço militar. Deste montante, apenas 25,57% tiveram a oportunidade de realizar um curso do PSC, 16.845 recrutas em média. Segundo dados do Ministério da Defesa (MD), de 2004 a 2011, foram habilitados, em um dos

⁴ Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/busca?searchword=Projeto+Soldado+Cidadão>. Acesso em: 19 dez. 2019.

curso do PSC, mais de 141 mil jovens. Em 2014, o PSC completou dez anos com mais de 200 mil jovens atendidos.

Tabela 1 – Relação dos alistados versus cursantes do PSC (2004-2011)

ANO	ALISTADOS	INCORPORADOS %		TOTAIS %	
		TOTAL	ALIST/INCO	PSC	PSC/TO
2004	1.670.839	90.063	5,39	26.398	29,31
2005	1.625.295	64.319	3,96	20.426	31,76
2006	1.648.550	78.398	4,76	16.241	20,72
2007	1.663.208	54.775	3,29	17.906	32,69
2008	1.689.880	64.113	3,79	15.777	24,61
2009	1.626.306	49.809	3,06	12.098	24,29
2010	1.669.733	63.595	3,81	11.685	18,37
2011	1.686.486	62.492	3,71	14.227	22,77
Médias	1.660.037	65.946	4%	16.845	25,57%

Fonte: COTER. O autor.

Os cursos têm uma carga horária de 160 horas, abrangendo conteúdos programáticos específicos de qualificação profissional técnica. São destinados 16 horas para noções básicas de empreendedorismo e desenvolvimento de palestras sobre o tema "Cidadania, Direitos e Deveres", por meio da participação voluntária de Juizes Federais. O PSC está presente em 134 municípios brasileiros que contam com instalações militares.

A oferta de cursos é regulada de acordo com a demanda e o perfil econômico de cada região. Por exemplo, na Região Amazônica é ofertado um curso de manutenção de motores de popa, tão necessário para uma região cuja via principal de transporte e locomoção é o rio. Ou mesmo São Paulo, um estado com indústria automobilística, são ministrados cursos de mecânica básica de automóveis, funilaria e pintura, eletricitista automotivo, pintor automotivo, entre outros.

Uma lacuna na formação formal com certeza está aberta, quando não se atinge a totalidade de jovens que estão prestando o Serviço Militar. O estudo demonstrou que é por falta de recursos orçamentários em especial, mas também pela necessidade de se manter a atividade-fim do Serviço Militar, ou seja, a instrução, as operações e a vida vegetativa das Organizações Militares não poderá ser comprometida. A partir desse ponto, pode-se argumentar com propriedade que a formação não formal deva entrar em ação como solução para esse vazio de formação técnica, o que é discutido na próxima seção.

PSC: o estudo de caso em análise

O cenário deste estudo foi o Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) que tem como missão preparar praças dos vários corpos e quadros para as funções que serão desenvolvidas nas diversas organizações militares da Marinha, tanto em terra quanto no mar/rios. O CIAA, por intermédio do QM, tem como uma de suas tarefas a preparação inicial e formação militar do contingente anual de cerca de 600 jovens marinheiros-recrutas que prestam o Serviço Militar. Esse centro de instrução está localizado na Avenida Brasil, no 10.946, bairro da Penha no Rio de Janeiro, em uma região conhecida como "Complexo do Alemão" ou "Faixa de Gaza", ou seja, uma região de vulnerabilidade social e com alto grau de insegurança para seus habitantes.

Por uma questão de nomenclatura e relação direta com a respectiva Instituição, o Projeto Soldado Cidadão na Marinha foi denominado de “Marinheiro-Cidadão”, operacionaliza as ações orçamentárias de Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar, além de prestar todas as informações ao órgão gestor no Ministério da Defesa.

Aproveitando a disponibilidade e a autorização do seu comandante, pude expor a minha pesquisa para os 292 marinheiros-recrutas da segunda turma de 2012 que estavam por iniciar o período de adaptação à vida militar e aos cursos do PSC. Foi solicitado também que assinassem, em caráter de voluntariado, o Termo de Consentimento de Cessão de Imagem e de Som. Aceitaram participar da pesquisa 278 conscritos, ou seja, 94% do total. Os recrutas que responderam os questionários são, em sua maioria, da região do entorno do centro de instrução e de cidades margeadas pela Avenida Brasil e Rodovia Presidente Dutra, como Duque de Caxias e Nilópolis.

Os cursos do projeto são conduzidos à tarde e em paralelo com os estágios de instrução e adaptação a vida militar que são realizados no período matutino. A opção individual pela formação é realizada por ocasião da semana de adaptação do curso de formação de reservistas navais. Desde o início do projeto em 2004, já cursaram 3.033 jovens, como mostrado na Tabela 2, nas oito formações técnicas previstas: barbeiro, eletricista de instalações prediais, cozinheiro, garçom, informática, marceneiro, mecânico de refrigeração residencial e padeiro.

Tabela 2 - Cursos Realizados no CIAA (2004-2012)

CURSO/ANO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011-1	2011-2	2012-1	2012-2	TOTAL
MARCENEIRO	25	20	18	20	20	18	18	22	23	21	21	226
MEC.REF. RES.	31	19	18	19	20	17	22	28	25	22	21	242
BARBEIRO	22	25	17	19	19	17	20	21	21	21	21	223
COZINHEIRO	21	20	17	19	19	18	20	21	21	21	21	218
GARÇOM	37	30	35	18	19	18	20	21	21	21	21	261
PADEIRO	18	18	35	18	18	17	20	21	21	21	21	228
INFORMÁTICA	60	76	98	120	141	131	110	125	119	126	124	1230
ELET.PREDIAL	20	14	36	40	40	40	41	45	45	42	42	405
SUBTOTAL	234	222	274	273	296	276	271	304	296	295	292	3033

Fonte: CIAA. O autor.

O quantitativo de alunos formados por cursos do PSC e por ano. Pode-se constatar o grande volume de atividades desenvolvidas em tão curto espaço de tempo, principalmente a partir de 2011 com a formação de duas turmas por ano. Fato motivado por decisão exclusiva do seu comandante à época, independente dos recursos orçamentários destinados, oriundos do MD, atenderem apenas a uma das turmas.

Análise de dados - os gestores

As políticas públicas de qualquer natureza só são mantidas vivas e com recursos orçamentários quando o efeito desejado de sua implementação esteja sendo atingido, mesmo que parcialmente, e continuar ativa na agenda do poder público. Os gestores responsáveis pela coordenação e controle do PSC, tanto financeiro como administrativo, foram considerados como sujeitos importantes deste estudo, pois tratam diretamente do Projeto e fazem essa ligação com os órgãos controladores do Estado, quer por contatos pessoais e reuniões de trabalho, ou mesmo pelos relatórios de gestão que elaboram.

Interessante resposta foi que a atividade-fim do Serviço Militar tem que ser observada, a preparação do quantitativo de reserva mobilizável e no adestramento da tropa não pode ser prejudicado. Não tem o que ser discutido, a missão constitucional das Forças Armadas vem em primeiro lugar. Porém, se existe a chance de ligar a vida militar com a civil, via o Projeto em estudo, contribuindo para uma melhor qualificação do jovem brasileiro, essa atribuição agrega valor e importância, havendo necessidade de sua manutenção.

A regionalização dos cursos é considerada como uma potencialidade deste projeto. Não adianta formar técnicos em que o mercado de trabalho não os absorva, o que acarretará

desmotivação, frustração e questionamento da necessidade real desta política pública. O importante também seria uma relação tênue entre as organizações militares hospedeiras dos cursos com os empresários locais, procurando atraí-los a participar do planejamento e formação, para que a inserção dessa mão-de-obra qualificada tenha um contínuo direto da vida militar para a civil, via o emprego formal.

Uma potencialidade aludida pelo respondente, não vista nos documentos e nem nos diversos contatos no campo de investigação, foi que a possibilidade de um curso profissionalizante está levando o jovem a querer prestar o Serviço Militar. Porém, o que a média histórica dos últimos anos tem mostrado é que o número de alistados que conseguem servir é muito pequeno, o que mostra a inelasticidade de tal positividade. Independentemente, é sim um fator importante no trato de um grupo de jovens que passam um ano no cumprimento de uma determinação constitucional.

Análise de dados – cursantes/egressos

Outros sujeitos da pesquisa foram os jovens da segunda turma de 2012, com um total de 292 conscritos, e os egressos das turmas anteriores a 2010, visto que se formaram em 2011 ainda estariam prestando o serviço militar. Foram divididos em dois grupos de análise, o primeiro composto pelos "egressos" e um outro pelos "cursantes". Para cada grupo foram elaborados questionários específicos.

Independente da amostra ter sido pequena, verifica-se que para o caso desses respondentes, existiu uma aderência entre os cursos técnicos oferecidos pelo CIAA e o mercado regional de trabalho. Considera-se importante continuar avaliando as possibilidades de inserção no mercado de trabalho da cidade do Rio de Janeiro, em especial com os grandes eventos mundiais que estão sendo esperados para os próximos anos.

A ideia era que os jovens expusessem seus sentimentos quanto à qualidade do curso da forma mais tranquila possível, suas primeiras expectativas e a situação verificada ao final em relação ao curso, e também o que esperam daqui por diante quando de sua saída da Marinha e o retorno à vida civil.

Ao serem questionados sobre quais benefícios podem ter sido adquiridos durante os cursos realizados, a percepção dos cursantes (tabela 3) foi de que houve aprimoramento dos seus próprios conhecimentos originais, resposta talvez oriunda dos cursos serem de pouca carga horária e de maior praticidade. Ponto negativo, mas de pouca repercussão, é o resultado final

encontrado, em que 4% dos alunos acreditam que nenhum benefício foi identificado com os cursos realizados. Esta pode ser uma avaliação ocasionada talvez pela não escolha do curso desejado, o que poderia gerar desmotivação e descontentamento. Considera-se relevante, e ao mesmo tempo preocupante, que apenas 17% acredite que as chances para a entrada no mercado de trabalho foi aumentada. O que se infere de tal afirmação é que supõe-se que haverá dificuldades na busca pelo primeiro emprego, independente do curso técnico realizado.

Tabela 3 - Avaliação dos Cursos

Percepção dos Cursantes em Relação aos Cursos realizados	Quant.	%
Aprimorei meus conhecimentos;	160	39%
Aprendi uma nova profissão;	87	21%
Sinto-me capaz de trabalhar por conta própria;	32	8%
Aumentou as chances de ingressar no mercado de trabalho;	70	17%
Encontrei uma nova alternativa profissional	46	11%
Nenhum benefício foi identificado.	15	4%
TOTAL	410	100%

Fonte: O autor.

A situação de empregabilidade dos egressos do PSC tanto nos cursos realizados no Centro de Instrução Almirante Alexandrino, de acordo com as suas perspectivas, quanto o resultado do Exercício de Apresentação da Reserva (EXAR) é preocupante no sentido de que apenas 18% do total de respondentes estão empregados e gerando renda, que na economia formal ou informal, habilitado em um dos cursos do PSC, o que pode ser interpretado como não sendo efetivo o programa. Porém, a grande maioria, 64%, encontra-se empregado, fato que é positivo, independente da formação profissional que lhe foi designada, o que é corroborado com as competências desenvolvidas durante os cursos na medida em que os jovens passam a buscar informações e novos conhecimentos profissionais.

A competência pode ser “a capacidade de resolver um problema em uma situação dada. A competência baseia-se em resultados” (DELUIZ, 1996, p.19). O termo surge num contexto de crise do modelo de organização taylorista e fordista, mundialização da economia, exacerbação da competição dos mercados, exigências de melhoria da qualidade dos produtos e flexibilização dos processos de produção do trabalho. A autora argumenta que as competências são construídas ao longo da trajetória de vida profissional do trabalhador, o qual partilha de experiências e práticas coletivas.

Com relação às competências desenvolvidas durante os cursos profissionalizantes,

segundo a leitura realizada pelos próprios participantes, temos a seguinte ordem decrescente, com o número de votos e o percentual em relação ao total compilados na tabela 4. O sentimento do jovem com as suas possíveis competências adquiridas é muito importante para dar início à busca por sua autonomização e por papéis sociais da vida adulta. Ressalta-se, entre as respostas citadas, o descobrimento da ética profissional como um dos valores relevantes para o crescimento do jovem como cidadão cômico de suas obrigações perante a sociedade, contribuindo para a busca do bem comum para todos.

Tabela 4 - Competências Desenvolvidas

Col.	Competências Desenvolvidas	Votos	%
1	Facilidade de comunicação e de desenvolvimento de tarefas em equipe;	106	12%
2	Iniciativa para buscar informações e novos conhecimentos profissionais;	99	11%
3	Ética profissional.	97	11%
4	Capacidade de improvisar em situações novas (criatividade e iniciativa);	76	8%
5	Determinação para enfrentar situações difíceis;	70	8%
6	Adquiriu independência e autoconfiança;	67	7%
7	Capacidade de reagir positivamente às críticas construtivas;	66	7%
8	Planejamento e organização do próprio trabalho;	63	7%
9	Capacidade de aprendizagem dos processos de trabalho da empresa;	62	7%
10	Capacidade de argumentar e negociar;	50	6%
11	Capacidade de formular metas e estratégias para gerir o próprio negócio;	44	5%
12	Comunicação e escrita;	41	5%
13	Compreensão de Textos; e	33	4%
14	Capacidade empreendedora e de gerenciamento.	28	3%
TOTAL		902	100%

Fonte: O autor.

Outro ponto a ressaltar é o ganho reconhecido pelos jovens em relação à comunicação, escrita e compreensão de textos, o que se pode inferir é a melhora significativa no reforço escolar desses jovens cursantes, independente da carga horária de curso ser de apenas 160 horas-aula, no caso do CIAA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso país é um dos cinco maiores em extensão territorial e uma das oito maiores economias do mundo, mas ainda carece de uma educação básica de qualidade, independente se propedêutica ou profissional. Os desafios enfrentados pelos jovens são complexos. Estes recentemente foram reconhecidos como sujeitos de direitos, e não mais como em situações de

risco e/ou vulnerabilidade. Verifica-se o incremento pelo Estado nos últimos anos de políticas públicas educacionais afirmativas e universais para os jovens e não mais assistenciais a determinado grupo de risco.

Não existe apenas uma juventude. Como já visto, a palavra é ampla e complexa, principalmente marcada por fortes diferenças socioeconômicas e de estratificação social, onde o jovem tenta postergar a sua entrada na vida adulta e na busca de responsabilidades perante a sociedade civil. Porém, a grande maioria, filhos de uma classe trabalhadora com baixa remuneração, necessita trabalhar precocemente se sujeitando a atividades de baixa qualidade e remuneração. O panorama visualizado do futuro não modifica a situação atual, mesmo com a conclusão do ensino médio. Há os que desejam completar a formação em cursos técnicos, mas, também, temem o desemprego.

A saída da escola para o mercado de trabalho, para a assunção de papéis adultos e a inquietação pela quase impossibilidade de ascensão social por intermédio da educação geram uma fase muito difícil para o jovem. Acrescenta-se, no caso da maioria dos brasileiros, a carência de uma boa formação técnica que tenha respaldo no mercado regional de trabalho, com a garantia de continuada formação em serviço e a realização da cidadania plena e autonomia profissional e familiar.

Por estas razões, os jovens têm de ser um alvo prioritário das políticas públicas educacionais e promotoras do primeiro emprego. Não apenas porque eles são um coletivo heterogêneo e complexo, com especificidades e dificuldades próprias, mas também porque se trata de pessoas numa fase do ciclo de vida que permite maior alcance e eficácia das ações de reforço da sua empregabilidade. E, por outro lado, estando em sua maioria em início de carreira ativa, os efeitos destas ações são de longo prazo, quer na redução dos riscos de exclusão, quer na própria sustentabilidade do crescimento econômico. Desta forma, o potencial das políticas públicas para as juventudes e a relação custo benefício das mesmas devem garantir que a adequação à qualidade e à seletividade das intervenções estatais possam ser universais.

Acredita-se que a existência de vagas em instituições formais em quantidade não resolverá o problema da formação do jovem para o mercado de trabalho. A explicação mais plausível, e que pode evidenciar a pouca eficácia desse modelo formal formativo, é que o mercado de trabalho é quem realmente dita as regras para absorção dessa mão de obra entrante; ou até poder-se-á questionar sobre os cursos que estão sendo oferecidos não atenderem ao jovem, o que impacta a efetividade dessas políticas de formação profissional inicial.

Os cursos do Projeto Soldado Cidadão são regionais, existe uma relação tênue com o que se cursa e o mercado de trabalho local, mas nos dados analisados a situação efetiva de empregabilidade não foi correspondida. Constatou-se nas respostas, tanto dos egressos quanto dos alunos dos cursos do Centro de Instrução estudado, que as seguintes competências funcionais foram adquiridas, pelo menos na ótica dos respondentes: (i) facilidade de comunicação e de desenvolvimento de tarefas em equipe; (ii) iniciativa para buscar informações e novos conhecimentos profissionais; (iii) a ética profissional; (iv) a capacidade de improvisar em situações novas (criatividade e iniciativa); (v) determinação para enfrentar situações difíceis; (vi) adquiriu independência e autoconfiança; e (vii) a capacidade de reagir positivamente às críticas construtivas.

O PSC e a sua ligação com outros programas atuais de políticas públicas para a juventude e o primeiro emprego, como o Pronatec, tomam, por princípio, a educação técnica ampla para os jovens brasileiros da faixa etária de 18 anos, em especial aqueles que estão defasados ou que abandonaram o ensino médio por diversos motivos. Assim, faz-se necessária a busca pelo aumento do nível educacional dos atuais recrutas, visto que o grande percentual ainda se encontra no ensino fundamental, segundo dados da Diretoria do Serviço Militar. Ao final e em resposta a questão de estudo, o PSC contribui para a formação do jovem que presta o SMI em sua formação profissional inicial e na busca, em melhores condições, para o primeiro emprego.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. A. de. **Gestão municipal de políticas públicas dirigidas à juventude e possíveis aproximações com a promoção da saúde**. 2008. 189f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n.87, p.335-351, maio/ago. 2004.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. Entrevista a Anne-Marie Métailié. **Les jeunes et le premier emploi**. Paris: Association des Ages, 1978.

BRANCO, P. P. M. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. *In*: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. 1. ed. 2. reimpressão São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p.129-148.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos

interesses da juventude. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.1, 14 jul. 2010. Publicação original.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília, DF: SGPR, 2011.

BREIA, C. C. **Análise do programa nacional de primeiro emprego do governo Lula: Programa Soldado Cidadão**. 2008. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2008.

CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2009.

CASTRO, M. G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. *In*: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.275-303.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes. **Rev. bras. estud. popul.**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, p.19-46, jul./dez. 2002.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R. de S. P. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Ed. Unesp, 2008. (Paradidáticos. Série Cultura).

CHAVES JÚNIOR, E. O. Políticas de juventude: evolução histórica e definição. *In*: SHOR, N.; MOTA, M. S. F. T.; BRANCO, V. C. (Org.). **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento**, Brasília, DF, n.1, p.41-48, ago. 1999.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. *In*: CARVALHO A. *et al.* (Org.). **Políticas públicas**. 1. ed. 2. reimpressão Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p.11-26.

DELUIZ, N. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.15-21, maio/ago. 1996.

FREITAS, A. S. de; NUNES, C. B.; SILVA, S. C. R. da. As novas formas de governo das juventudes: desemprego e violência nas políticas públicas. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.37, n.2, p.39-48, maio/ago. 2011.

FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

FRESNEDA, B. Transição da escola para o trabalho e estratificação social. **Revista Segurança Urbana e Juventude**, Araraquara, v.2, n.1-2, 2009. 18p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Brasil em números**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. v.18.



KERBAUY, M. T. M. Política de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.10, n.18/19, p.193-203, 2005.

KUENZER, A. Z. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Revista da Formação Profissional Boletim Técnico do SENAC**, Curitiba, v.1, p.19-29, maio/ago. 1999.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ROSSI, W. G. **Capitalismo e educação**: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1980. (Coleção Educação Universitária).

SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. *In*: SCHWARTZMAN, S.; BROCK, C. (Org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Tradução Ricardo Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.9-51.